

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Práticas de ensino de EMC na região Oeste de Santa Catarina**

André Luiz Onghero<sup>1</sup>

**Resumo:** Com este artigo, procuro abrir o debate e possibilitar uma análise sobre as práticas de ensino da Educação Moral e Cívica. Para isto, utilizo os depoimentos de professores que lecionaram esta disciplina na região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas permitem conhecer diferentes narrativas sobre as experiências destes professores, que revelam diferentes formas de ministrar as aulas, avaliar os alunos e realizar as atividades extra-classe, assim como suas formas particulares de interpretar a própria experiência.

**Palavras-chave:** Educação Moral e Cívica; Práticas de ensino; Memórias de professores.

**Abstract:** With this paper, I intend to open the discussion and allow an analysis about the teaching practices of Moral and Civic Education. To do it, I used testimonies of teachers who worked with that school subject in the West of Santa Catarina. The interviews allow knowing the different narratives about that teacher's experiences, that show different ways of teaching, valuations and outside classroom activities, and their own way to interpret their own experience.

**Keywords:** Moral and Civic Education; Teaching practices; Teacher's memories.

O presente texto é constituído a partir de pesquisa, em andamento, para dissertação de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp/SP, com a orientação da Profa Dra Maria do Carmo Martins. Possibilita a análise e debate sobre as práticas de professores e professoras de Educação Moral e Cívica que atuaram em escolas da região Oeste de Santa Catarina.

Foram utilizados depoimentos obtidos por meio de entrevista oral, com um professor e seis professoras que trabalharam nos municípios de Chapecó, Pinhalzinho e Saudades, na época, sob a coordenação da 11ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), posteriormente denominada UCRE (Unidade de Coordenadoria Regional de Educação), sediada em Chapecó/SC. A realização de tal estudo na região Oeste de Santa Catarina busca compreender como tal prescrição educativa, relacionada a determinados aspectos políticos, foi desenvolvida nesta região, caracterizada por uma ocupação relativamente recente (primeiras décadas do século XX) constituída principalmente por colonizadores vindos do Rio Grande

---

<sup>1</sup> Mestrando pela Faculdade de Educação da Unicamp/SP, bolsista CAPES.

do Sul, descendentes de europeus. Grupos que se dedicavam principalmente à extração da madeira e à agricultura com mão de obra familiar.

Nas décadas de 1960 e 1970, a região apresentou significativo progresso econômico relacionado ao desenvolvimento das agroindústrias, que trouxe modificações na produção agrícola e crescente urbanização das cidades. Enquanto a nível nacional a Ditadura Militar foi instaurada e ocorreram manifestações de grupos contrários àquele regime, na região Oeste de Santa Catarina, não foram registradas manifestações de oposição e os grupos políticos locais buscaram se adequar àquela conjuntura partidária e defender os interesses locais de integração à nação e desenvolvimento econômico.

Em relação à Educação Moral e Cívica (EMC), tanto como disciplina e prática educativa, vinha a reforçar os principais valores tradicionalmente cultivados pelas famílias: o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência, a família e a moralidade cristã. Além disso, como prática educativa, promovia comemorações cívicas que envolviam a escola e também a comunidade, como era o caso do desfile de Sete de Setembro. Em tais ocasiões a escola afirmava sua importância diante daquela comunidade mostrando-se formadora de comportamentos cívicos que os integravam a nação brasileira, mesmo que possuíssem uma cultura diferente. Como disciplina<sup>2</sup>, a EMC apresentava entre seus conteúdos, além dos valores já mencionados, informações sobre a estrutura política<sup>3</sup>, sobre os símbolos nacionais e a história de pessoas consideradas como exemplos a serem seguidos pelos estudantes. Assim, propunha-se a formar o “bom estudante” que se tornaria um “bom cidadão”.

Mesmo trabalhando conteúdos previamente determinados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e pelo Conselho Federal de Educação (CFE), nas suas aulas, os professores relataram formas diferentes de trabalhar, tal fato pode ser revelador de que, mesmo naquela época marcada pelo autoritarismo dos governos militares, havia certa autonomia na atividade educacional.

---

<sup>2</sup> Instituída como disciplina obrigatória em 1969 pelo Decreto-Lei 869/69, a EMC deveria estar presente em pelo menos uma das séries do ciclo ginasial (5ª a 8ª séries) o 1º grau e uma das séries do 2º grau. A escola era responsável por definir quais séries teriam a disciplina, e os depoimentos revelam que as escolas da região incluíam a disciplina em diferentes séries, observando-se uma maior frequência da disciplina na 7ª série e na 1ª série do 2º grau. Como prática educativa, estaria presente em todas as séries.

<sup>3</sup> Conteúdos relacionados a estrutura política e símbolos nacionais faziam parte também da disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que mesmo sendo uma outra disciplina com livros didáticos específicos, na legislação, estava relacionada à EMC e deveria atender aos mesmos princípios filosóficos. Era ministrada geralmente para 8ª série e 1ª e 2ª série do 2º grau, dependendo da escola.

Nos relatos sobre as aulas, as professoras Ires Frozza e Ivone T. Ulsenheimer manifestam um discurso crítico, marcado pelas suas opiniões atuais, que diferem daquelas da época em que foram professoras de EMC.

*(...) a gente só repassava conteúdo. (...) era assim ó: entrava na sala, bom dia, boa tarde, o conteúdo: ó, hoje nós vamos estudar isso aqui, peguem o livro. Porque os alunos tinham livro de Moral e Cívica e tinham livro de OSPB. Peguem o livro na página tal e começava a falar aquele conteúdo. Desse jeito era dado o conteúdo e hoje não, hoje você conversa, você parte daquilo que o aluno sabe (...) e deixa o aluno falar. Na época os alunos não falavam né, a gente não deixava eles falar. (Ires Frozza)*

Este depoimento revela uma prática educativa onde o papel do professor era apenas repassar, transmitir o conteúdo aos alunos. O conteúdo já vinha pronto, nos livros didáticos utilizados. Ao aluno cabia a tarefa de ler o livro, ouvir a professora, e decorar aquelas informações para responder a questionários e provas. O relato da professora é crítico em relação a esta forma de aula, afirmando que atualmente as aulas são diferentes, com a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e diálogo entre professores e alunos.

Outra forma de aula foi relatada por professores que manifestaram um parecer positivo sobre a própria atuação como professor de EMC. Para eles as aulas de EMC eram momentos de diálogo, de discussão de idéias, de produção de conhecimentos que adquiriam significado e influenciaram positivamente as atitudes posteriores daqueles alunos. Assim, o professor Rubim Melz afirma que fazia o planejamento no início do ano, mas que, no decorrer das aulas adequava o andamento do conteúdo à cada uma das turmas.

*Olha, as aulas a gente preparava no começo do ano, fazia o projeto pro ano inteiro (...) mas a gente sempre tinha mais coisas assim pra dialogar com os alunos. (...) Em todas as salas onde a gente entrou a reação do aluno sempre foi diferente, e a gente trabalhou sobre essa diferença que o aluno trazia para colocar o conteúdo de uma outra maneira. (...) os alunos gostavam da aula, (...) eles podiam falar também, dar sua opinião. (Rubim Melz)*

Para o professor, o respeito às diferenças da turma fazia com que as aulas fossem sempre diferentes, segundo ele, havia muito diálogo e participação dos alunos, colocando suas dúvidas e opiniões. A professora Emília Clara Tormem, conta que os alunos participavam bastante nas aulas, segundo ela, alguns assuntos despertavam mais o debate entre os alunos, entre eles, assuntos relacionados à família e os problemas cotidianos. Então eram debatidos nas aulas assuntos como desemprego e até mesmo o comportamento dos familiares.

*Olha, a gente debatia bastante sobre moral, sobre assim as vezes... pais de alunos, (...) eles traziam pra sala de aula... esses problemas. Então a gente tentava, né, falar como é que ele devia agir, né, como as pessoas deviam agir. Mesmo na escola,*

*né, entre alunos, que as vezes brigavam, né. Então a gente, aí dentro de Educação Moral a gente tentava... abrir os olhos dos alunos mostrando qual é o certo, né, o que não é certo, o que é certo (...). A gente tentava mostrar o lado certo. (Emília Clara Tormem)*

A intenção de ensinar para a vida aparece nos depoimentos da maioria dos entrevistados. Segundo a professora Edi Swertz, “(...) as aulas eram boas, a gente procurava assim, nesse momento, (...) preparar o aluno pra vida”. Através do estudo de textos, “procurava extrair uma lição pra vida”. Para ela, a “Organização Social e Política que falava mais, estudava mais por exemplo assim, a estrutura social e política do país (...) Então: congresso, leis (...). Mas a Moral e Cívica, ela era mais voltada assim, pra formação pessoal, moral, ética, do aluno”(Edi Swertz).

Outra forma de dar aulas de EMC e OSPB foi descrita pela professora Marilene Grandó Marchiori. A diferença das suas aulas começava na forma de planejar e elaborar o programa da disciplina.

*Quando eu assim, a gente se efetivou que daí a gente tinha que seguir aqueles planejamentos, vinha o planejamento da Secretaria de Educação pra gente seguir, mas eu tive sorte que todas as escolas que trabalhei, os diretores eles não eram, eles eram indicados, era cargo de confiança, mas eles deixavam total escolha pra gente fazer e na... como os livros de EMC eram poucos, a gente procurava assim, montar o programa através de livros. (Marilene Grandó Marchiori)*

Destacando que teve apoio dos diretores das escolas que trabalhou, a professora conta que elaborava os próprios planejamentos. Neles, optava por outros livros, além dos livros de EMC e OSPB, procurando abordar os conteúdos de forma crítica.

Procurava utilizar suas aulas para debater política e expressar a vontade de mudança na política brasileira da época, inclusive tentando argumentar e convencer os alunos da possibilidade de mudança através da organização política e do voto.

*A gente conseguia mudar a cabeça dos alunos, ver que... que não era só ARENA, que não era só aquele regime, que a gente podia mudar, mudar as coisas a partir da escola. E daí a gente usava muito essas aulas de EMC e OSPB, pra fazer esse trabalho. (...) As vezes a gente pegava aquelas aulas e só trabalhava em política em conscientização política e partidária. (Marilene Grandó Marchiori)*

Observando estes trechos do depoimento da professora pode-se perceber a diferença em relação aos outros depoimentos. Politicamente identificada com a “esquerda”, a professora procurava discutir com os alunos a situação política e partidária. Em relação aos direitos e

deveres, o enfoque se mostrava diferente daquele dado por outros professores no sentido de que a professora incentivava a organização de classe e participação em manifestações.

*Então a gente também discutia muito direitos trabalhistas, porque eles trabalhavam de dia e muitos direitos trabalhistas não eram respeitados então a gente a... como é que a gente estudava e discutia que a gente tava no sindicato, eles se organizavam. Eram assuntos, do dia a dia, da realidade, né, que a gente trabalhava. (Marilene Grandó Marchiori)*

*A gente vinha muito aqui na praça, me lembro que a gente saía dos colégios, dispensava as aulas, a gente vinha aqui pra praça, era de noite, era de dia, então a gente já combinava com os alunos (...) E a gente tinha muito essa, tinha que se organizar, que a gente tinha que pertencer a um partido, que a gente era trabalhador, que só assim a gente ia conseguir mudar esse Brasil. (Marilene Grandó Marchiori)*

Outras vezes a professora utilizava o tempo das aulas de EMC e OSPB para trabalhar os conteúdos de História e Geografia, outras disciplinas que ela lecionava.

*E daí eu usava essas aulas também, as vezes como eu te falei, usava elas se precisasse, se tinha conteúdos importantes de Geografia e História, que precisava de uma aula de, daí eu já avisava: “Olha, na próxima aula você traga o material assim...”. As vezes até pra completar, era por unidades né. (Marilene Grandó Marchiori)*

Analisando os diferentes depoimentos, que relatam diferentes práticas nas aulas de EMC pode-se concluir que mesmo diante das prescrições curriculares elaboradas e determinadas por uma legislação específica, os professores tinham certa autonomia nas suas aulas, aspecto abordado por Sacristán (1998):

*Por mais intervencionismo que a administração queira fazer e por precisas que suas orientações pretendam ser, normalmente os professores não podem encontrar nas disposições oficiais um guia preciso para sua ação. As prescrições curriculares costumam se referir a conteúdos e orientações pedagógicas que podem ser determinantes, no melhor dos casos, para a elaboração de materiais, se se ajustarem a elas, ou para realizar o controle do sistema, mas mais dificilmente costumam ser reguladoras da prática pedagógica dos professores de uma forma direta. (SACRISTÁN, 1998, p.117)*

A autonomia dos professores pode ser observada nos depoimentos que revelam diferentes práticas, diferentes maneiras de abordar os assuntos, de utilizar materiais, de se relacionar com os alunos e até de posicionamento político dentro da sala de aula. porém, a autonomia não era total, havia vários fatores condicionantes e limitadores, como a falta de material nas escolas e a relação com a direção da escola.

As diferentes práticas descritas pelos entrevistados estão associadas a diferentes tipos de avaliação. Segundo Sacristán (1998), o ensino se realiza num clima de avaliação, que seriam uma forma de controle da dinâmica cotidiana do ensino mesmo quando não se manifesta nos freqüentes procedimentos formais.

*Um aluno sabe que o avaliam quando lhe perguntam, quando lhe supervisionam tarefas, quando o professor lhe propõe uma linha de trabalho cotidiano, quando o desaprovam. Em toda essa dinâmica e clima, desde a perspectiva do aluno, configura-se um critério acerca do que se entenderá por aprendizagem valiosa de qualidade. (SACRISTÁN, 1998, p.311)*

A principal forma de avaliação dos alunos eram as provas escritas, que podiam ter questões objetivas e subjetivas, todos os professores afirmavam utilizar as provas como forma de avaliação, mas para alguns, era a única: “Só prova, não tinha outra coisa. Avaliava só prova” (Ires Frozza).

A professora Marilene Grando Marchiori afirma que as provas eram necessárias para avaliar os alunos, mas que também eram avaliados os trabalhos em grupo e a participação dos alunos nas atividades.

*A gente tinha também que fazer (...) as provas. (...) Tinha que cobrar né, os conteúdos. E também a gente dava nota né, pros trabalhos de grupo, pelo... as pessoas assim que tinham coragem (...) de liderar o grupo, e ela... chegava, a gente dava um assunto, o grupo chegava naquela conclusão e daí aquela pessoa que, que quisesse expor, né, a conclusão, então a gente dava nota mais alta, pra ele. Mais pra incentivar os outros também. (Marilene Grando Marchiori)*

Já o professor Rubim Melz procurava fazer das avaliações, momentos de reflexão e de desenvolvimento da comunicação escrita.

*A gente dava então uma série de questões (...) podia escolher uma que melhor se adaptava e... fazia texto. (...) Ao mesmo tempo aprendiam a escrever e explicar alguma coisa por escrito (...). (Rubim Melz)*

Portanto, nestas provas havia a proposição de algumas questões, que deveriam ser respondidas e explicadas através de redação, fazendo o aluno refletir sobre o assunto e não apenas citar nomes de governantes ou leis.

A cobrança dos conteúdos nas provas também podia assumir um caráter mais formal do que propriamente educativo. Para a professora Edi Swertz, a prova escrita não tinha muita importância, era apenas uma formalidade, enquanto a avaliação priorizava as atitudes dos alunos, o que se justificava, segundo ela, pelo fato daquela disciplina estar tratando sobre valores morais, éticos e cívicos.

Se os relatos sobre as aulas e avaliações revelaram práticas que não eram exclusivas da EMC. Porém, a realização de atividades extra-classe constitui um diferencial entre a EMC e as demais disciplinas, pois se relaciona também com seu caráter de prática educativa, que se expandia para além da sala de aula e envolvia a escola em geral e até mesmo a comunidade. Entre as atividades extra-classe, havia as “horas cívicas”, que se realizavam periodicamente, em intervalos de uma semana ou quinze dias e eram momentos em que se hasteava a bandeira, executava o hino nacional e os alunos apresentavam números como jograis e declamavam poesias. Mas alguns depoimentos afirmam que algumas vezes essas atividades assumiam um aspecto meramente formal e não conseguia tornar a escola um ambiente cívico.

Na década de 1980, com o processo de democratização, as correntes políticas de oposição à Ditadura Militar se fortaleceram e nas escolas da região, vários professores começaram a se manifestar, utilizando inclusive as “horas cívicas” para criticar a situação política da época.

*(...) A gente sempre procurava fazer uma hora cívica assim mais crítica (...) e mostrar que naquela hora cívica não era só venerar bandeira, hino nacional, as autoridades, mas que na hora cívica a gente também podia protestar e mostrar assim pros alunos e pros pais que muitas horas cívicas eram feitas pra comunidade (...) civismo era também a gente reivindicar (...) A gente queria mostrar os direitos políticos que a gente tinha que não eram respeitados, os direitos trabalhistas que a gente tinha que não era respeitado; a valorização pro magistério pro professor, pro aluno, mais verbas pras escolas. Então a gente dava dentro das horas cívicas, trabalhar isso, mostrar isso e como a gente fazia nas escolas a semana da pátria a gente procurava sempre assim com cartazes, faixas bem críticas. (Marilene Grando Marchiori)*

Havia os Centros Cívicos, organizações estudantis que, de acordo com a legislação, foram implantados nas escolas em substituição aos Grêmios Estudantis. Os depoimentos confirmam sua existência nas escolas, sua atuação em atividades como horas cívicas e campanhas de arrecadação de donativos, promoções esportivas e comemorações. Entre as comemorações, o desfile de Sete de Setembro é lembrado em detalhes que demonstram o empenho dos professores e alunos na sua realização. O desfile era um momento que envolvia não só a escola, mas também as famílias dos alunos e a cidade em geral.

A análise dos depoimentos de professores possibilita novas abordagens sobre a história da EMC. Nos fragmentos apresentados percebe-se que os professores trabalhavam a disciplina de formas diferentes. Como parte de uma pesquisa em andamento, este texto não pretende ser conclusivo, mas contribuir no debate sobre as práticas e história das disciplinas escolares.

**Depoimentos orais:**

- Entrevista concedida ao autor dia 11/04/2006 pela Sra. Ires Frozza.
- Entrevista concedida ao autor dia 13/04/2006 pelo Sr. Rubim Albino Melz.
- Entrevista concedida ao autor dia 20/06/2006 pela Sra. Ivone Terezinha Ulsenheimer.
- Entrevista concedida ao autor dia 04/07/2006 pela Sra. Edi M. Hermes Swertz.
- Entrevista concedida ao autor dia 07/11/2006 pela Sra Therezinha Bellina Souza.
- Entrevista concedida ao autor dia 28/11/2006 pela Sra Emília Clara Tormen.
- Entrevista concedida ao autor dia 28/11/2006 pela Sra Marilene Grandó Marchiori.

**Referências Bibliográficas:**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In.: Teoria & Educação, 2. 1990. pp.177-229.

ECKERT, Ivo. *Bonito, Pinhal, Pinhalzinho: a saga dos pioneiros*. Florianópolis: Ed. do autor, 2002

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. São Paulo, Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 2006.

FLOSS, Waldir José. *Eleições e Poder Local: As Disputas em Pinhalzinho – 1961 a 1992*. In.: Cadernos do CEOM. Ano 10 n°10 set/96. Editora Grifos. Chapecó-SC. 1996.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. In.: Revista brasileira de história. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol.13 n° 25/26 set.92/ago.93. p.33-54.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima V. *A história da Educação Moral e Cívica: um álbum de fotografias da sociedade brasileira*. UFMS – Campo Grande. Dissertação de mestrado. 1998

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.